

**REVISITANDO O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES PELA
EDUCAÇÃO 1890 A 1920**

**REVISITING THE WORKERS' MOVEMENT FOR EDUCATION
1890 TO 1920**

**REVISANDO EL MOVIMIENTO DE TRABAJADORES DE LA
EDUCACIÓN 1890 A 1920**

Maristela Gomes de Oliveira¹

RESUMO

Este artigo reflete sobre o movimento dos trabalhadores pela educação na Bahia e no Brasil, nos períodos do pós-abolição e proclamação da República, identificando as ações desenvolvidas pelas suas entidades representativas, a exemplo das ligas e centros operários, partidos políticos que atuaram no espaço vazio deixado pelo Estado, principalmente, pela ausência de uma proposta educacional voltada para a população adulta. A atuação das organizações estudadas para além da instrução buscava promover uma educação voltada para a emancipação política, com destaque para a corrente anarquista que defendia uma proposta de educação desvinculada da Igreja e do Estado.

Palavras-chave: Movimento dos trabalhadores. Educação. História

ABSTRACT

This article discusses the movement of workers for education in Bahia and Brazil, during the post-abolition and proclamation periods of the Republic, identifying the actions taken by their representative entities, such as the leagues and workers' centers, political parties that they acted in the empty space left by the state, mainly due to the absence of an educational proposal aimed at the adult population. The activities of the organizations studied beyond education sought to promote education focused on political emancipation, especially the anarchist movement that advocated a proposal for education apart from the Church and the State.

Keywords: Workers movement. Education. Story.

RESUMEN

: Este artículo es una reflexión sobre el movimiento de trabajadores de la educación de la Bahía y de Brasil, durante los períodos posteriores a la abolición y proclamación de la

¹ Assistente Social, especialista em Gênero e Desenvolvimento com ênfase em Políticas Públicas - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher – NEIM (UFBA). Mestra em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC (UNEB). Email: maristelagomes.oliveira@gmail.com.

República, identificando las acciones desarrolladas por sus entidades representativas, como por ejemplo ligas y centros de trabajadores, partidos políticos que actuaron en el espacio vacío dejado por el Estado, principalmente debido a la ausencia de una propuesta educativa dirigida a la población adulta. La participación de las organizaciones estudiadas, además de la instrucción buscaba promover educación encaminada para la emancipación política, destacando el movimiento anarquista que abogaba por una propuesta de educación no relacionada con la Iglesia y el Estado.

Palabras clave: Movimiento de trabajadores. Educación. Historia

INTRODUÇÃO

O contexto baiano a partir do pós-abolição e da República revela grandes dificuldades enfrentadas pelas camadas populares para a sobrevivência, ameaçadas pelo desemprego, pela carestia dos gêneros de primeira necessidade, pelo controle dos espaços de movimentação como as ruas da cidade, principalmente dos trabalhadores libertos e do contingente saído do regime escravocrata, cerceados inclusive do exercício da plena cidadania, devido à falta de acesso aos mínimos direitos sociais e a educação.

Na Bahia trabalhadores conviviam com um imaginário de justiça social e igualdade preconizada pela República, que na prática não se efetivava. Ao longo desse regime, verificou-se o surgimento de várias organizações representativas de segmentos dos trabalhadores, ligadas as artes e ofícios, a construção civil e as indústrias têxteis, tendo como objetivo a integração desses segmentos ao novo momento que o país vivenciava, notadamente, no que dizia respeito a mudança na relação de trabalho e inserção no mercado, na medida em que avançava o processo de industrialização e a diversificação da mão de obra.

As demandas que foram surgindo a partir do crescimento populacional, da urbanização das cidades, da substituição da mão de obra escravizada por trabalhadores livres estavam vinculadas a diversas necessidades, dentre as quais o acesso a instrução e qualificação profissional, tomando por base a proposta de educação baseada em princípio liberal.

Os governos que foram se sucedendo na primeira República não conseguiram ou não priorizaram a oferta de educação principalmente, para os trabalhadores adultos, embora a constituição de 1891 mantivesse a atribuição da organização de sistemas educacionais aos estados e municípios, destacamos aí, a criação de escolas. Sendo de responsabilidade da

união, legislar sobre a organização do ensino municipal do Distrito Federal e sobre o ensino superior. No ano de 1890, o índice de analfabetismo no Brasil estava em torno de 83% de acordo com Menezes (1997) e Nunes (2001)

A preocupação da mão de obra para o mercado de trabalho, segundo Menezes e Santos Filho (2008) tem início com a chegada da corte portuguesa pela necessidade de formar trabalhadores artífices. Segundo informam, na época, era difícil conseguir mão de obra livre e, preparada para assumir as demandas do exército português na produção metalúrgica. Essa carência leva em 1810, a criação na corte de uma companhia militar de soldados artífices, anexa ao Regimento de Artilharia para formar 60 profissionais entre ferreiros e serralheiros.

Para esses autores a educação voltada para os trabalhadores, revela que

a iniciativa do Estado para a formação voltada para o trabalho se apoiou em quatro vertentes, a primeira vertente, a via militar. A segunda, a utilização de mão de obra para a reforma e desenvolvimento dos estaleiros em 1811, visando formar projetistas e desenhistas para a arquitetura naval. A terceira consistiu no reordenamento de orfanatos, como o Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a quarta e última via de formação de artífices se dá pelo desenvolvimento das artes que na sua trajetória, dá origem a Escola de Belas Artes, criada em 1820 (MENEZES e SANTOS FILHO, 2006, p. 3).

Essa contradição entre a necessidade de formação de mão de obra livre - que estava sendo apontado pela realidade - e o que efetivamente era concretizado via governamental ou através de entidades assistenciais de cunho religioso, não contemplava as expectativas dos trabalhadores criadas a partir do novo momento resultante da liberdade da mão de obra e da mudança de regime governamental. As iniciativas de formação e educação tomadas antes da Abolição voltavam-se muito mais, para o público constituído pela população jovem do que para o trabalhador (a) adulto (a).

A República recebeu como herança um razoável fervor ideológico, onde as ideias de democracia, federação e educação apareceram como soluções indispensáveis no sentido de acompanhar a modernização do país, os trabalhadores urbanos e os colonos começaram a ver na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances de ingresso numa das carreiras burocráticas que a modernização da sociedade oferecia. (GHIRALDELLI, 1987, p. 15)

Nesse contexto os trabalhadores organizados em associações de classes e partidos políticos, procuraram também, uma via alternativa para a educação que concebiam como a mais adequada aos seus anseios.

A educação na Bahia e no Brasil era (e ainda é) percebida como via de resolução de toda a questão social provenientes das desigualdades econômicas e sociais, originadas no modelo econômico que produziu/produz as mais variadas exclusões e, na época estudada as exclusões provenientes do lugar social, com forte marcador racial ocupado pela população recém-saída do período escravocrata. Portanto, o desemprego, a mendicância, a “ociosidade considerada como vadiagem”, levavam a sociedade da época a perceber essa população como “perigosa” pelas condições insalubres em termos de habitação, de saneamento, higienização, ocorrência de moléstias e doenças e, sobretudo, o analfabetismo, que impossibilitava a participação desse contingente populacional, maior de idade, no novo regime, por não ter entre outros direitos, o acesso ao voto.

Como a educação oficial, disponível no final do século XIX, ainda estava baseada nos princípios católicos e no seu caráter evangelizador, o Estado, a Igreja e as classes dominantes entendiam que deveriam ser adotados, dois modelos de educação: educação primária e secundária, voltada para os filhos da elite e, o ensino técnico-profissional para a prática do trabalho. Este destinado aos filhos das camadas populares e para atender as necessidades de um mercado de trabalho em formação.

O acesso dos trabalhadores adultos libertos e mesmo os trabalhadores livres à educação, foi sendo ampliado na medida em que diversas categorias profissionais desde o Império criaram formas de organizações a princípio, as caracterizadas como associações beneficentes e as mutualistas, avançando para as associações de caráter reivindicatório por melhores condições de trabalho, salário e instrução, como via de controlar o mercado de trabalho para os seus associados como também, o exercício da cidadania.

As reivindicações e projetos do movimento operário pela educação foram efetivados em ações desenvolvidas pelos próprios trabalhadores no sentido de promoverem a sua auto-instrução e a de seus filhos mesmo pagando escolas particulares, criando escolas primárias, Centros de Estudos, Bibliotecas e Universidades Populares, Escolas Modernas nas diversas regiões do país (SOUZA, 1992, p. 68).

Na ausência de uma política de massa voltada para a educação, os trabalhadores socialistas atuaram na organização do segmento para enfrentar imediato, os problemas advindos do processo inicial de implantação do capitalismo. Nas pautas de luta identifica-se como bandeira, a proibição do trabalho para os menores de 14 anos, a diminuição da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho da mulher, defendendo ainda, a criação de escolas para o acesso dos trabalhadores adultos e dos seus filhos, a uma educação gratuita e laica. Nestas bandeiras de luta, percebe-se que existia uma consonância em relação às intenções do

Estado republicano sobre a laicidade e gratuidade da escola, divergindo no que dizia respeito à oferta de educação para a população adulta.

Os programas dos partidos socialistas, e os congressos operários realizados nos primeiros anos da República, enfatizavam que a atuação política dos trabalhadores deveria estar vinculada ao acesso a instrução, como um objetivo a ser perseguido para que pudessem participar da vida política brasileira, intervindo nas eleições.

O movimento e as lutas das classes operárias na primeira República ocorreram basicamente em todo o país e, nos vários programas e estatutos das organizações, a educação era uma meta a ser conquistada. Estratégias organizativas como Ligas, Centros, Corporações de Ajuda Mútua, Caixas Beneficentes, Bolsas de Trabalho, Sociedades de Resistências e Sindicatos, estavam ligadas ao ideário anarquista.

Segundo Carone (1973), não só as ideias anarquistas permearam a organização de trabalhadores, a Igreja Católica também procurou intervir nesse processo, incentivando a criação de organizações, consideradas por alguns historiadores como, “sindicalismo católico” cujo objetivo era neutralizar as influências e propósitos do movimento internacionais dos trabalhadores materializados no manifesto comunista escritos em 1848. Citamos como exemplo, o Centro Operário da Bahia e a sua vinculação com o discurso, os rituais e símbolos da Igreja Católica.

Porém, como ponto de institucionalização do trabalho livre, em Salvador, no ano de 1876 registra-se a criação da Liga Operária Bahiana, por Manuel Querino, apoiado em princípios liberais², que buscou a defesa profissional e tentou viabilizar a inserção de seus sócios em melhores condições de disputa na arrematação de obras públicas na Província da Bahia.

Cronologia do Movimento dos Trabalhadores Pela Educação

Na Bahia, em 1890, é criado o Partido Operário Bahiano em articulação com o Partido Operário do Rio de Janeiro. Esses partidos surgem com propósitos de para além das lutas reivindicatórias de cunho trabalhistas promoverem a educação para as classes que representavam, através da criação de escolas para os trabalhadores adultos e para as crianças. Propósito perseguido, mesmo após as divergências internas que levou a divisão do partido em dois grupos, dando espaço para o surgimento da União Operária Bahiana.

² **Manuel Querino.** *Entre Letras e Lutas: 1851 – 1923.* São Paulo: Annablume, 2009

O Centro Operário Radical em 1892 prevê, no seu programa, artigo 7º, a Reforma do Ensino, Instrução Primária Obrigatória, Doutrinação nas escolas da moral utilitária e fraternal e ainda, no Rio de Janeiro em 1890 é realizado o 1º Congresso Socialista Brasileiro presidido Luiz França e Silva, um mulato e que posteriormente, dá origem ao primeiro Partido Socialista Brasileiro, de 1892 (CARONE, 1973)

O Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul, criado em 1897; segundo Carone (1973), contempla no seu texto, alguns dispositivos que nos chamam atenção pelo avanço das suas proposições para a época, como o fornecimento da merenda escolar para os alunos e a defesa do direito ao voto para as mulheres - conquista essa só efetivada no ano de 1932.

As principais reivindicações dos socialistas gaúchos eram, portanto: 1. A ampliação do sistema eleitoral; 2. O reconhecimento do direito de voto e elegibilidade à mulher; 3. A adoção de severas medidas contra a fraude à vontade popular nas eleições; 4. A implantação da instrução geral e profissional, ambas gratuitas, bem como todos os utensílios necessários ao estudo, vestuário e alimentação, a expensas do Estado, para os filhos das classes pobres.

Só no ano de 1902 que o segundo partido socialista é criado em São Paulo, aglutinando trabalhadores de várias tendências, inclusive as marxistas (CARONE, 1973)

O programa mínimo do Partido Socialista Brasileiro criado em 1902 incluía temas referentes à abolição do trabalho para menores de 14 anos, carga horária de 8 horas para o trabalhador adulto e de 6 horas para os menores de 14 a 18 anos. Dentre os seus vinte e oito itens, destacamos aqui os de números três e nove. O item três propõe: “O trabalho permanente de qualificação eleitoral, e de demais reformas que facilitem a ação eleitoral e que o dia da eleição seja marcado para dia de domingo”. Já o item nove, “reivindica a instrução laica e obrigatória para todos os menores até 14 anos, ficando a cargo do Estado ou das municipalidades, os casos em que seja necessária a manutenção dos educandos” (CARONE, 1973, p. 231-232). Prossegue enfatizando que o governo deve providenciar a criação de escolas rurais e profissionais para todos os operários e, de escolas noturnas para os adultos.

O primeiro Congresso Operário Brasileiro que aconteceu no Rio de Janeiro no ano de 1906, aprovou propostas que diziam respeito à diminuição da carga horária de trabalho para que o operário pudesse descansar, ter facilidade para o estudo, a educação associativa, a emancipação intelectual e o combate ao alcoolismo, fruto do excesso de trabalho embrutecedor e exaustivo. O primeiro congresso orienta ainda, a fundação de bibliotecas, a fundação de instituições de ensino e de atividade sindical.

No congresso mencionado acima, as posições ideológicas do anarco-sindicalismo deram a tônica para a maioria das teses discutidas, rechaçando inclusive qualquer projeto de participação eleitoral, que possivelmente fosse encaminhada pela ala socialista. O congresso aprovou também, a criação da COB – Confederação Operária Brasileira que deveria funcionar como uma articulação nacional de trabalhadores e tanto Carone (1973) como Ghiraldelli (1987) consideram que esta proposta pode ter sido inspirada na CGT francesa.

As proposições para promover a educação dos trabalhadores passam por discussões dentro de congressos e encontros das categorias e são introduzidas em estatutos e regimentos de cada organização, seja as de orientação socialistas, anarco-sindicalistas ou anarquistas.

O Centro Socialista Paulistano de 1908 se posiciona para a criação de escolas primárias e agrícolas, como instituições de defesa dos colonos.

O Partido Comunista do Brasil com atuação no país a partir dos anos vinte, dentre os seus princípios, apresenta quatro pontos que se refere à educação:

Princípio 28 - a educação deve obedecer a seguinte ordenação psicológica: até os sete anos em geral a criança educa as percepções; dos sete anos aos quatorze aprende as noções; dos quatorze aos vinte e um desenvolve o raciocínio. Deve haver, três graus: elementar, primário e secundário.

Princípio 29 – A educação profissional (energia de habilitação) acompanhava gradativamente, a educação mental.

Princípio 30 – O ensino deve ser integral até os vinte e um anos e garantido a todos. E garantido também para os indivíduos que revelarem vocações especiais em curso superior (medicina, engenharia, pedagogia, ciência, etc.);

Princípio 36 – Sendo o sufrágio universal um processo de usurpação política da democracia declaramo-lo prejudicial à renovação humana, repelindo qualquer plano revolucionário baseado nele;

Princípio 37 – Toda mulher deve ter o curso completo de pedagogia, destine-se ou não a ser professora. (CARONE, 1973, p. 255-256)

Várias foram às organizações criadas nos diversos Estados e regiões do país, influenciadas pelo pensamento socialista e que tinham a educação como uma bandeira de luta. Eram unânimes em defender o ensino público, obrigatório e laico, entretanto, a maneira como esse ensino deveria chegar aos trabalhadores e seus filhos, apresentavam proposições e encaminhamentos diferenciados.

A predominância das correntes socialistas, no meio do operariado urbano nos anos iniciais da República é analisada por Ghiraldelli (1985), como decorrente de serem seus líderes, basicamente, brasileiros natos e homens educados nas lutas sociais pela abolição da escravatura e pela proclamação do regime republicano. As correntes anarquistas e a sua

inserção no seio do movimento operário ocorre a partir do congresso de 1906 e, para Vianna (2008), consolida-se entre essa data e o congresso de 1913.

Mesmo com as limitações no acesso a uma escola pública, desde o Império que um contingente de trabalhadores negros, educados, se projetou na história do país como foi o caso de José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama e na Bahia, Teodoro Sampaio, Juliano Moreira, Manoel Querino lutavam pelo acesso das camadas populares a educação (MENEZES, 2008).

Outros negros escolarizados tiveram participação na política baiana, como o farmacêutico Lélis Piedade, o construtor civil Domingos Silva e o alfaiate Ismael Ribeiro da Silva lideranças operárias e com atuação no movimento abolicionista. Estes, além da militância nos organismos de classe, criando o Centro Operário da Bahia, cuja ação educativa foi consolidada nas suas escolas que existiram até o ano de 1996, quando foi desativada pelo governo do Estado, também ocuparam cargos eletivos, como conselheiros municipais participando da política partidária de Salvador.³

Atendendo a demanda do movimento dos trabalhadores pela escolarização, ainda no Império foi criado em 1872, o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, outra instituição similar, foi fundada em Petrópolis no Rio de Janeiro, para atender as reivindicações das classes dentro do modelo de sociedade que estava por vir.

A criação de Liceus para o desenvolvimento das artes e ofícios foi uma proposta do Império, baseada em ideias positivistas e liberais, e encontrou adesão entre as categorias dos trabalhadores e as elites dominantes, por se tratar de uma iniciativa que visava preparar mão de obra qualificada, para atuar numa conjuntura de urbanização, vinculada à liberação progressiva da força de trabalho escravo (LEAL, 1995).

Assim, ao vivenciarem as transformações nas relações sociais de produção ocorridas na passagem do Império para a República, os trabalhadores procuravam definir pautas de lutas a depender da corrente política a qual estava filiada e que influenciava cada vez mais as organizações criadas: se socialistas, anarquista, anarco-sindicalistas ou marxistas a luta para assegurar a educação para a categoria iria tomar concepções diferenciadas. A partir daí, definiam também as suas propostas e estratégias. O apoio político a um ou outro candidato, que se comprometesse com os pleitos, ainda que mínimos da categoria, era levado em consideração. As correntes socialistas orientavam a criação nos sindicatos, nos centros e nas

³ As candidaturas de trabalhadores como conselheiros municipais ocorriam em partidos não representativos da classe.

ligas operárias, de escolas para os trabalhadores e seus filhos, com ensino laico e gratuito a ser assumido pelo Estado. A educação passaria por uma formação técnico-profissional.

Correntes anarquistas organizavam suas universidades populares, centros de cultura, assumidos com os recursos da própria categoria.

A proposta da Escola Moderna defendia o princípio da co-educação das classes sociais, se posicionava de modo desfavorável a escola gratuita mantida pelo Estado voltada para crianças pobres, e das escolas para as crianças ricas, pois considerava que a escola para pobres, só fortalece a submissão e o comportamento de rebeldia, como as escolas antigas. Enquanto que a escola para ricos, só reforça o lugar de privilégio, do aproveitamento e das vantagens (FERRER y GUARDIA, 2010).

A proposta de coeducação com alunos de todas as classes sociais reunidos em uma classe única adotava um sistema de retribuição de acordo com a situação dos pais ou responsáveis, não tendo um tipo único de matrícula, mas praticando uma espécie de nivelamento que vai desde a gratuidade, as mensalidades mínimas, as mensalidades medianas e as máximas.

De acordo com Ferrer y Guardía (2010, p. 15), “A proposta da escola moderna é uma educação de pobres e ricos a partir do contato e da relação de um com o outro, por meio de uma sistemática igualdade da escola racional”. As correntes anarquistas posicionavam-se ainda pelo ensino separado da Igreja e do Estado, por defender uma educação racional e emancipadora.

A escola existente doma, domestica a criança seguindo as leis e dogmas sociais. A escola adapta o indivíduo a sociedade. A escola racional quer homens capazes de evoluir constantemente, capazes de renovar os meios e a si mesmo, de se contrapor, homens cuja independência intelectual seja força suprema disposta sempre a aceitar o melhor, desejoso de fazer triunfar novas ideias e aspirem múltiplas vidas em uma só. (FERRER y GUARDÍA, 2010, p. 28)

Os comunistas, com o posicionamento pela educação para os trabalhadores, na sua prática contemplava, a educação partidária Não havia, assim, consenso entre as diversas correntes dos trabalhadores sobre um modelo de educação. A temática da educação e emancipação dos trabalhadores foi recorrente nos discursos e posicionamentos das lideranças dos trabalhadores, quer seja nos congressos das categorias, nos partidos políticos ou mesmo nos estatutos das suas organizações representativas e cada um, dentro de seus

princípios, adotavam procedimentos diferenciados, para promover a educação dos trabalhadores e seus filhos.

Para aqueles que se declaravam socialistas marxistas, a luta pela emancipação dos trabalhadores se daria na medida em que as classes sociais fossem suprimidas e os trabalhadores ocupassem o lugar de protagonistas do processo de produção. Quanto aos libertários, a emancipação se daria a partir da transformação social que levaria a autogestão dos indivíduos.

Percebe-se, a partir desses conceitos, a complexidade para construção de processos emancipatórios que, por sua vez, pressupõem a autonomia dos sujeitos. Autonomia que pressupõe liberdade de escolha e deve ser desenvolvida nos diversos espaços de formação e pertencimento, ultrapassando os limites educacionais difundidos pela escola e ao mesmo tempo, utilizando energias articuladas numa mesma direção.

1.1 OS LIBERTÁRIOS E A EDUCAÇÃO

O Congresso Operário de 1906 no Rio de Janeiro foi o marco para que as correntes anarquistas começassem a exercer influências no movimento dos trabalhadores. Essa concepção política esteve fortemente identificada com os primeiros imigrantes europeus a quem se deve a introdução do “internacionalismo proletário” no Brasil. Por internacionalismo proletário entende-se as ações desenvolvidas pelos libertários que no início da República estiveram muito mais, preocupados em articular os pensamentos teóricos que pretendiam unificar a luta dos trabalhadores em todo o mundo, do que voltar sua atenção aos problemas específicos do país (GHIRALDELLI, 1987).

Posteriormente, perceberam a necessidade de articular os princípios teóricos, com as ações práticas e, assim como os socialistas, os libertários passaram a se defrontar com as dificuldades existentes no país, principalmente as dificuldades relativas ao analfabetismo da população. Esse problema era identificado como um obstáculo ao avanço das ideias anarquistas. A imprensa operária anarco sindicalista registrava preocupação com este cenário, haja vista, reconhecer o distanciamento de formação política estabelecida entre as lideranças e a base do movimento. A bandeira da instrução passou a ser uma meta do movimento operário libertário, que ao contrário das ideias iluministas que viam na educação, a resolução para os problemas sociais, os libertários passaram a lutar pela educação, como forma de romper com o regime político econômico vigente no país.

A luta dos trabalhadores anarquistas passava pela construção de uma sociedade independente do Estado e da Igreja, considerados aliados na submissão e exploração das camadas populares, sendo necessária uma educação livre de crenças e das ideias positivistas de inserção no modelo societário estabelecido.

A postura era de crítica à educação promovida pelo estado e, posicionavam-se radicalmente contra o ensino religioso da igreja católica. Para os libertários a educação dos trabalhadores deveria ser ministrada independente dessas duas instituições. A educação preconizada pelos libertários era o ensino racional e científico. Essa postura política dos libertários em alguns momentos apresentou-se contraditória, pois, ao mesmo tempo em que combatiam a escola pública e o ensino religioso, por não ser a educação que interessaria aos trabalhadores, considerando que ambas estavam impregnadas de ideologia das classes dominantes e, fundamentadas em crenças e em valores místicos, responsabilizava o Estado pela omissão com que tratava a educação para as camadas populares.

Inicialmente a postura do movimento anarquista no Brasil consistiu principalmente, em combater o ensino ministrado pelo estado, sem oferecer alguma ação concreta que colocasse em prática, as ideias libertárias em termos de educação.

Aqui no Brasil foram as mulheres anarquistas que tiveram um papel fundamental ao denunciar o caráter ideológico da educação burguesa. Reunidas no Grupo Emancipação Feminista, começaram a analisar o trabalho do professor enquanto mero transmissor de conhecimentos de interesse das classes dominantes.

Com isso, tentavam influenciar as mães das camadas populares a não matricularem seus filhos nas escolas mantidas pelo Estado, por não serem consideradas as mais adequadas para a educação das crianças. As mães que seguiram essa orientação, logo depois começaram a questionar essa posição, pois, os anarquistas não ofereciam outra alternativa de escolas para que pudessem matricular seus filhos.

Os princípios da educação libertária estiveram fundamentados no ensino científico e racional, sem separação dos alunos por sexos ou por classe social, não admitindo também os exames e as classificações, nem os prêmios e castigos. Essa concepção pedagógica estava baseada nas proposições de Francisco Ferrer y Guardía, de origem espanhola que após exílio na França por problemas políticos, fundou em 1908 a Liga Internacional para a Educação Racionalista da Criança, apoiado por intelectuais que queriam desenvolver obras educacionais, sem interferência religiosa e, seguindo as ideias de Pestalozzi e as realizações de Robin e Elisée Reclus.

Os libertários do século XX inspirados por Ferrer y Guardía se colocavam fortemente contra o tipo de aprendizagem voltada para o trabalho, cujo único objetivo denunciavam era formar mão de obra.

A proposta de educação das escolas racionalistas apontava para um ensino integral, com aulas mistas onde meninos e meninas, pudessem conviver respeitando-se mutuamente. As atividades seriam desenvolvidas dentro e fora do espaço da escola, onde os alunos poderiam ter aulas ao ar livre para que entrassem em contato com a natureza e o cotidiano das cidades. No convívio com a realidade cotidiana, aprenderia geografia, ciências biológicas e outras. Não deveria ter nem prêmio nem castigos, nem levar os alunos aos constrangimentos de serem submetidos a exames para avançar de ano no estudo.

A historiografia brasileira registra que alguns Estados criaram escolas com base no ensino racionalista. Em Campinas, a Escola Social do militante libertário Adelino Pinho, a Escola de Água Branca dos operários vidreiros no Rio de Janeiro, a Escola Popular no Pará, no início dos anos de 1920 a Escola Moderna do operário João Plácido, as Escolas Modernas de São Paulo dos dirigentes anarquistas João Penteado e Adelino Pinho, e sobreviveram entre repressões políticas, greves e desemprego dos operários, contando com a contribuição financeira composta pelas mensalidades dos alunos, listas de subscrição assinada por trabalhadores e simpatizantes, outras modalidades de captação de recursos, como a promoção de recitais de poesias, bailes e festividades abertos ao público.

A Escola Moderna de João Penteado, de acordo com Moraes (2010, p. 7), divulga no *Jornal A Plebe*, de 1917 que a instituição pretendia proporcionar:

Ensino teórico e prático, segundo os métodos da pedagogia moderna, com os quais se ministra aos alunos uma instrução que os habilita para o início das atividades intelectuais e profissionais, assim como uma educação moral baseada no racionalismo científico. (MORAES, 2010, p. 7)

O conteúdo programático constava das seguintes disciplinas: português, aritmética, geografia, história, desenho, caligrafia e préstimos. Dentre as atividades realizadas, a criação do jornal, *O Início*, elaborado pelos alunos onde faziam circular as notícias sobre o funcionamento da escola, as prestações de contas e as atividades pedagógicas desenvolvidas. Devido a problemas financeiros, o jornal teve interrompida sua publicação.

Informa o autor citado acima, que a única notícia sobre o funcionamento das aulas preparatórias para artífices e aulas de música, ocorreu na edição do jornal *O Início* n. 3 de 19/08/1916 reportando-se a uma prática que vinha ocorrendo desde anos anteriores. Nos

anos seguintes 1918 e 1919, o Boletim da Escola Moderna faz menção a oferta de aulas especiais, no turno noturno para os cursos de datilografia, português e aritmética.

Em 1919, a Diretoria da Instrução Pública, fecha a escola Moderna e o seu diretor, João Penteado vai dirigir outra instituição, a Escola Nova, que funciona matriculando alunos para o curso comercial em regime de internato e externado com cursos, primário e médio. Em relação ao curso comercial, as disciplinas ministradas eram, português, inglês, francês, aritmética, álgebra, contabilidade, escrituração mercantil, noções de direito.

É provável que esse novo modelo de escola que apresenta-se afastado das ideias libertárias cujo conteúdo programático, no nosso entendimento, estava compatível com as transformações que foram ocorrendo no país, principalmente nos anos vinte, cujo mercado de trabalho exigia um novo perfil profissional voltado para as áreas comerciais e administrativas, pode ter sido em decorrências das constantes repressões políticas aos seus militantes.

Em decorrência das dificuldades financeiras para a manutenção das escolas e, como consequência da 1ª guerra mundial (1914 a 1918), as experiências de escolas com influência do movimento anarquista, foram desaparecendo.

CONSIDERAÇÕES

Ao concluir esse artigo, pode-se perceber que ao avançar nas novas formas de organização compatível com a conjuntura política, econômica e social do pós-abolição e advento da República, os trabalhadores baianos e brasileiros das mais diversas categorias, procuraram encontrar meios para ter acesso à educação. Se, no início da primeira República pleitearam do Estado e da iniciativa privada, a conquista e a efetivação desse direito, com o avanço do movimento operário passam a assumir e a realizar ações de cunho educacional, gestadas dentro do processo de organização das diversas categorias de trabalhadores, por reconhecer na educação a possibilidade de mudanças do contexto político, econômico e social, sobretudo, a conquista tão importante da cidadania.

A partir da cronologia das organizações das entidades dos trabalhadores na época estudada, percebe-se que o acesso à educação sempre esteve na pauta de reivindicação e luta, porém, dentre as proposições apresentadas referente à educação e a emancipação dos trabalhadores, a corrente anarquista, dentre as correntes socialistas e comunistas foi a que buscou de modo concreto colocar em prática princípios da escola racional, cujo modelo de

educação rompia com o vigente, direcionando as suas ações educativas para uma perspectiva de uma escola que formasse cidadãos autônomos e emancipados politicamente tendo no Brasil, enfrentado dificuldades para manter as suas escolas funcionando regularmente, por confrontar a ideologia do poder e das elites dominantes baseada nos princípios liberais, positivistas, com um crescente apoio da Igreja Católica. Por fim ressaltar a visibilidade e protagonismo que as mulheres tiveram dentro do movimento anarquista pela educação quando, nas demais correntes o papel e a atuação delas, no período, ficaram ofuscadas.

FONTES E REFERENCIAS

FONTES

ARQUIVO

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

DOCUMENTOS

Relatório do Centro Operário da Bahia, exercício 06 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903.

REFERENCIAS

CARONE, Edgar. **A República no Brasil: 1889 a 1930**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia de Livros, 1973.

FERRER y Guardia. Francisco. **La Escuela Moderna**. In: www.antorcha.net/biblioteca_virtual/pedagogia/escuelamoderna/indice.html. Acesso em: 07 jun. 2010

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e Movimento Operário**. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

_____. Movimento Operário e a Educação Popular na Primeira República. **Cadernos de pesquisa On line**, São Paulo, ano 3, n. 57, maio 1986. p. 30-38. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n57/n57a03.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2010.

LEAL, Maria das Graças Andrade. **Liceu Artes e Ofícios da Bahia 1872–1972: A arte de Ter um Ofício**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Federal da Bahia, 1995.

_____. **Manuel Querino**. Entre Letras e Lutas: 1851–1923. São Paulo: Annablume, 2009.

MENEZES, Jacy. A inclusão excludente: as exclusões assumidas. In: **Educação e os Afro-Brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas**. Salvador: Novo Toque; A Cor da Bahia, 1997.

_____. O pós-abolição uma lição de liberdade. **Sementes: Caderno de Pesquisa**, Salvador, v. 2, n. 3/4, p. 98-113, jan./dez. 2001.

_____. A república e a educação: analfabetismo e exclusão. In: **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 12, n. 19, p. 19-40, jan./jul. 2003.

_____. As duas pedagogias: formas de educação dos escravos: mecanismos de formação de hegemonia e contra-hegemonia. In: **Revista História, Sociedade e Educação no Brasil online**, Campinas, n. 28, dez. 2007, p. 145-163.

_____. **Liberdade, igualdade, pluralismo e cidadania: o acesso à educação dos negros e mestiços na Bahia**. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Humanidades, Universidade Católica de Córdoba, 1997.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; SANTOS FILHO, Juvino Alves dos. O pós abolição, escolarização de negros e formação para o trabalho na Bahia, Brasil. CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CULTURA ESCOLAR, MIGRAÇÃO e CIDADANIA, 7, 2008, Porto, Portugal. **Anais eletrônicos...** Porto, Portugal. Junho, 2008.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O Ensino Libertário e a Relação Trabalho e Educação: algumas reflexões. Reunião anual da ANPED, 33, 2010. **Anais...** Caxambú, Minas Gerais, 2008.

NUNES, Antonieta de Aguiar. O primeiro governador da Bahia republicana e seu projeto de reforma educacional. In: MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues da. (Org.). **Bahia republicana construindo a nossa história recente**. Coleção FCH, Coletânea n. 2, Salvador: Editora UCSAL, 2001.

OLIVEIRA, Maristela Gomes. **O Movimento dos Trabalhadores e a Educação na Bahia: um estudo sobre o Centro Operário da Bahia -1894 a 1920**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. **A república do povo: sobrevivência e tensão**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima. Demandas populares pela educação na primeira república: aspectos da modernidade brasileira. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, ano 6, n. 12, p.63/70, dez./jan., 1992. Disponível em:

www.seer.ufu.br/index.php/Educa%C3%A7%C3%A3oFilosofia/articleviewFile/1136. Acesso em: 10 nov. 2009.

VIANNA, Marli de Almeida Gomes. A preocupação do movimento operário com a educação. In: **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 253-257, jan/jun. 2008. Disponível em: www.perspectiva.ufsc.br. Acesso em 28 maio 2009.